REDE OESTE AFRICANA
PARA EDIFICAÇÃO DA PAZ
CONSTRUIR RELAÇÕES PARA A PAZ

Gender CONNECT

A EFICÁCIA DAS LEIS DE QUOTAS E PARIDADE NO AVANÇO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: CASOS DA COSTA DO MARFIM, GUINÉ E GUINÉ-BISSAU

GENDER CONNECT No.1 / SETEMBRO 2025

REDE OESTE AFRICANA
PARA EDIFICAÇÃO DA PAZ
CONSTRUIR RELAÇÕES PARA A PAZ

Gender CONNECT

A EFICÁCIA DAS LEIS DE QUOTAS E PARIDADE NO AVANÇO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: CASOS DA COSTA DO MARFIM, GUINÉ E GUINÉ-BISSAU

GENDER CONNECT No.1 / SETEMBRO 2025

Introdução

Adotada em outubro de 2000, a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas,[1] juntamente com as subsequentes resoluções conexas, marcou um momento crucial no reconhecimento do papel crucial das mulheres na prevenção de conflitos, na consolidação da paz e nos processos políticos, tanto a nível nacional como local. Ao traduzir estes compromissos na prática, muitos Estados da África Ocidental implementaram medidas especiais, tais como quotas de género e sistemas de paridade de género, para aumentar a participação das mulheres nos processos de paz e na governação democrática. Por exemplo, a Guiné-Bissau aprovou uma lei em 2018, que impõe uma quota mínima de 36% de representação feminina em cargos eleitos e nomeados.[2] Da mesma forma, em 2019, a República da Guiné também adotou uma lei de paridade exigindo que as mulheres representem 50% de todas as listas eleitorais.[3] Nesse mesmo ano, a Costa do Marfim promulgou legislação que estabelece uma quota mínima de 30% de mulheres nas listas candidatas.[4] A adoção destes quadros jurídicos demonstra um empenho regional no reforço da participação política das mulheres.

No entanto, subsistem dúvidas quanto à aplicação efetiva destas medidas e ao seu impacto na promoção da liderança e da representação das mulheres nos órgãos de decisão. Que perspetivas oferecem as experiências da Costa do Marfim, da Guiné e da Guiné-Bissau em termos de realizações, desafios contínuos e estratégias necessárias para garantir uma representação mais significativa e sustentada das mulheres na política?

Esta edição do Gender Connect[5] procura abordar a questão acima mencionada, baseando-se nos insights da Gender Talk Series[6] realizada em 30 de junho de 2025, sob o tema: Liderança Feminina e Participação Política na África Ocidental. Além disso, a literatura relevante foi revista para complementar e enriquecer as discussões.

---

[1] *UN Security Council (200). Resolution 1325.https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n00/720/18/pdf/n0072018.pdf*
[2] *United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau (2018). Guinea-Bissau Parliament passes law to ensure gender balanced political representation.https://uniogbis.unmissions.org/en/guinea-bissau-parliament-passes-law-ensure-gender-balanced-political-representation*
[3] *UN Women (2019). Guinea adopts Law on Parity, securing equal representation of women on electoral lists. https://www.unwomen.org/en/news/stories/2019/5/news-guinea-adopts-law-on-parity*
[4] *Law N° 2019-870 of October 14, 2019.https://landwise-production.s3.us-west-2.amazonaws.com/2022/05/Cote-dIvoire-2019-870.pdf*
[5] *''Gender Connect'' is the electronic publication of WANEP's Women, Peace and Security (WPS) agenda. It addresses emerging WPS issues in West Africa by providing in-depth analysis to guide public policies towards gender-responsive peace and governance processes*
[6] *Virtual discussion platform created by WANEP in 2022 to discuss peace and security issues from a gender perspective that takes into account the specific needs of men and women in conflict prevention and management efforts.*

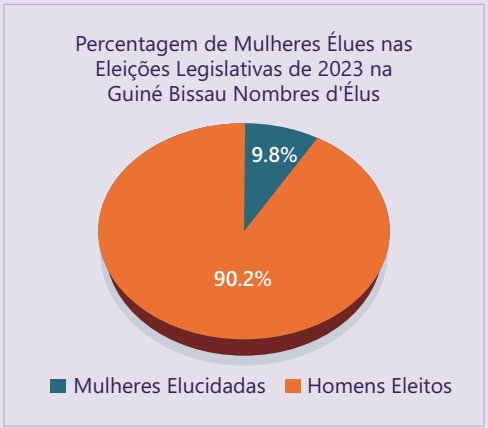
Gender Connect 4

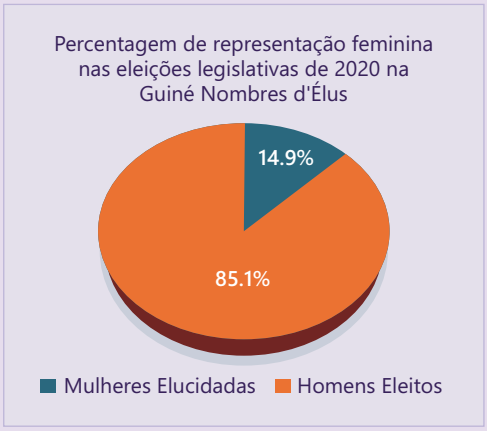
A Eficácia das Leis de Quotas e Paridade no Avanço da Participação Política das Mulheres: Casos da Costa do Marfim, Guiné e Guiné-Bissau

Blogs Banco Mundial

Leis de Cotas e Paridade: da Retórica à Prática

As leis de cotas e paridade são amplamente reconhecidas como mecanismos importantes para promover a liderança feminina e garantir a participação política inclusiva. No entanto, a sua eficácia tem sido limitada devido à fraca aplicação e execução. Um dos principais desafios reside na ausência de disposições vinculativas ou na não aplicação de sanções quando as leis são violadas; questões que comprometem significativamente o impacto pretendido destes quadros jurídicos. A experiência demonstrou que, mesmo quando existem sanções por incumprimento, a aplicação é frequentemente laxista. Os partidos políticos apresentam frequentemente listas de candidatos que não cumprem os requisitos de quota ou paridade, mas que enfrentam poucas ou nenhumas consequências. Esta impunidade contínua revelou-se um grande obstáculo ao acesso das mulheres aos cargos de decisão.





A Guiné-Bissau é um exemplo claro. Apesar de uma lei de 2018 impor um mínimo de 36% de representação feminina em cargos eletivos e nomeados e de prever sanções como a redução de subsídios públicos de campanha ou a retirada de isenções fiscais, o cumprimento continua baixo.[7] Nas eleições legislativas de 2023, apenas 10 mulheres foram eleitas para os 102 lugares do parlamento, representando apenas 9,8%, bem abaixo do limiar legal de 36%[8]. Da mesma forma, na República da Guiné, onde foi adotada uma lei de paridade em 2019, com sanções por incumprimento, as eleições legislativas de 2020 tiveram apenas 17 mulheres eleitas de um total de 114 lugares, com uma representação de apenas 14,9%[9]. Este objetivo está longe de ser o objetivo de paridade e sublinha o fosso entre a legislação e a aplicação.

Em contrapartida, a Costa do Marfim oferece um exemplo mais encorajador de como a vontade política e a responsabilidade institucional podem impulsionar o cumprimento. No período que antecedeu as eleições locais de setembro de 2023, as autoridades aplicaram rigorosamente a lei de cotas de 2019, exigindo pelo menos 30% de representação feminina nas listas de candidatos. Os partidos políticos que não cumprissem este requisito corriam o risco de serem desqualificados. Como resultado, 11.892 mulheres foram inscritas como candidatas de um total de 35.302, representando 33,67% no total, incluindo 33,97% nas eleições municipais e 32,07% nas eleições regionais,[10] ultrapassando a quota legal de 30% de representação feminina. Além disso, a representação feminina traduziu-se em sucesso eleitoral, com as mulheres a garantirem 1670 dos 5225 lugares para os conselhos regionais, perfazendo 31,96% e 10235 dos 30084 lugares para os conselhos municipais, perfazendo 34,02%.[11]

Vários fatores contribuíram para este resultado. Um dos mais significativos foi a criação de mecanismos de supervisão institucional. O Observatório Nacional de Equidade e Gênero (ONEG),[12] criado em 2019, teve papel fundamental no acompanhamento do cumprimento da lei de cotas. Trabalhando em coordenação com a Comissão Eleitoral e outras instituições do Estado, a ONEG ajudou a garantir que os partidos políticos respeitassem o limiar mínimo. Este modelo inspira-se na experiência do Senegal, onde a criação do Observatório Nacional da Paridade, em 2011[13], foi fundamental para fazer cumprir a legislação em matéria de paridade. Como resultado, o Senegal está agora entre os principais países da África Ocidental em representação das mulheres no parlamento, perdendo apenas para Cabo Verde.

---

[7] Dr. Lassane Ouedraogo e Pelumi Obisesan-Aina (2023). As eleições legislativas garantirão o regresso à estabilidade política na Guiné-Bissau? https://www.cddwestafrica.org/blog/will-the-legislative-elections-guarantee-a-return-to-political-stability-in-guinea-bissau/

[8] IPU Parline (2023). Dados globais sobre os parlamentos nacionais, Guiné-Bissau.https://data.ipu.org/fr/parliament/GW/GW-LC01/election/GW-LC01-E20230604/

[9] IPU Parline (2020). Dados globais sobre os parlamentos nacionais, Guiné. https://data.ipu.org/parliament/GN/GN-LC01/election/GN-LC01-E20200322/

[10] Tristão Sahi (2023). Eleições locais 2023, 11 892 mulheres candidatas enregistrées sur 35 302.https://www.7info.ci/elections-locales-2023-11-892-femmes-candidates-enregistrees-sur-35-302/

[11] Comissão Eleitoral Indépendante (2023). Statistiques des Candidat-e-s et des Elu-e-s par Sexe.https://cei.ci/wp-content/uploads/2024/01/STAT_CAND_ELU_E_S_2023_V4.pdf

[12] FAAPA (2019). Costa do Marfim / Un Observatoire pour promouvoir l'équité et d'égalité entre les hommes et les femmes.https://www.faapa.info/en/cote-divoire-un-observatoire-pour-promouvoir-lequite-et-degalite-entre-les-hommes-et-les-femmes/

[13] Observatório Nacional do Parité (2011). https://www.onp.gouv.sn/

O caso da Costa do Marfim mostra que a eficácia das leis relativas às quotas e à paridade entre homens e mulheres depende, em grande medida, da presença de uma forte vontade política e da aplicação rigorosa das disposições legais. Quando aplicadas de forma coerente e apoiadas por mecanismos de responsabilização institucional, estas leis podem produzir resultados tangíveis. Mas, para ir além da inclusão simbólica, tais medidas também devem ser acompanhadas de esforços para garantir que as mulheres na política tenham influência real nas políticas públicas e nos resultados da governança, particularmente naqueles que promovem a igualdade de gênero.

O Imperativo da Representação da Qualidade

Embora os sistemas de quotas e de paridade tenham inegavelmente facilitado uma maior inclusão das mulheres nos órgãos de decisão, a sua aplicação não deve ser encarada como um fim em si mesmo. Pelo contrário, estes mecanismos devem ser entendidos como instrumentos estratégicos destinados a alcançar uma igualdade substantiva entre homens e mulheres. Até à data, os esforços nacionais têm-se centrado em grande medida no aumento da representação numérica das mulheres, um passo importante e necessário, mas que continua a ser insuficiente por si só.

O verdadeiro desafio está em ir além da representação simbólica em direção a uma participação significativa, influente e qualitativamente forte. As mulheres eleitas para cargos públicos ou nomeadas para cargos de decisão devem ser capacitadas não só para ocupar lugares, mas também para moldar decisões, influenciar agendas legislativas e políticas e abordar as desigualdades estruturais que continuam a limitar o pleno gozo dos seus direitos por parte das mulheres.

Alcançar este nível de influência requer uma gama diversificada de perfis e competências entre as mulheres líderes. Dada a natureza complexa e multidimensional das desigualdades de género, abrangendo esferas políticas, económicas, sociais e de segurança, é essencial uma pluralidade de competências. Essa diversidade permite que as representantes das mulheres se envolvam efetivamente em vários comitês e órgãos técnicos, contribuindo para a formulação e implementação de políticas públicas que sejam sensíveis ao gênero e inclusivas.

Oportunidades para alavancar as leis de cotas e paridade nas próximas eleições na Costa do Marfim, Guiné e Guiné-Bissau

As próximas eleições na Costa do Marfim, Guiné e Guiné-Bissau representam uma oportunidade para aplicar quotas e leis de paridade para aumentar a participação política das mulheres.

Na **Costa do Marfim**, 7 mulheres, representando 11,67% do total, estão entre os 60 candidatos que apresentaram as suas candidaturas às eleições presidenciais de outubro de 2025.[14] Embora este número fique aquém da meta de 30% das quotas, reflete uma melhoria modesta em comparação com as eleições presidenciais de 2020, onde apenas 3 dos 44 candidatos (6,8%) eram mulheres.[15] Embora o contexto atual possa não oferecer oportunidades imediatas para aumentar o número de mulheres candidatas, ainda existem outros pontos de entrada para a aplicação da lei de cotas que as organizações da sociedade civil podem alavancar, particularmente em relação à composição do pessoal eleitoral nas seções eleitorais e à lista de observadores.

Durante as eleições de 2020, a Sala de Situação das Mulheres do WANEP (Women's Electoral Security Observation Centre – WESOC) observou na maioria das mesas de voto que os 3 agentes previstos pelo quadro legal como funcionários das mesas de voto eram homens.[16] As mulheres eram minoria na maioria das assembleias de voto. A mesma observação foi feita no sector da segurança. Apenas 20% das mulheres foram contabilizadas entre os agentes de segurança nas 352 seções eleitorais em que foi observada a presença de agentes de segurança.[17] Além disso, entre os observadores encontrados em 57,03% das estações cobertas pela equipe do WANEP, 26,78% eram mulheres.[18] Esta observação demonstra a necessidade de continuar os esforços de defesa do cumprimento da lei de quotas, a fim de melhorar a representação das mulheres nestes diferentes níveis de responsabilidade durante as eleições presidenciais de 2025 na Costa do Marfim.

Além disso, é necessário tomar medidas para um ambiente mais pacífico e propício que permita às mulheres exercerem plenamente os seus direitos cívicos e políticos, através do

---

[14] *APA-Abidjan (2025). Présidentielle ivoirienne : la CEI a reçu 60 candidaturas.https://fr.apanews.net/cote-divoire/presidentielle-ivoirienne-la-cei-a-recu-60-candidatures/*
[15] *Lassaad Ben Ahmed (2020). Costa do Marfim/Présidentielle : 44 candidaturas déposées à la commission électorale.https://www.aa.com.tr/fr/afrique/c%C3%B4te-d-ivoire-pr%C3%A9sidentielle-44-candidatures-d%C3%A9pos%C3%A9es-%C3%A0-la-commission-%C3%A9lectorale-/1962426*
[16] *Regional WANEP (2020). WANEP-ECOWAS-UNPD Declaração Preliminar das Eleições Presidenciais de 2020 na Costa do Marfim, WESOC. https://www.youtube.com/watch?v=REzOpJvGfXY*
[17] *Ibidem*
[18] *Ibidem*

diálogo político e da sensibilização da comunidade. As organizações da sociedade civil na Costa do Marfim têm de se empenhar para além das eleições, especialmente na fase pós-eleitoral, para defender a aplicação da quota de 30% para a representação das mulheres na formação do novo governo e noutros cargos nomeados. Além disso, o apoio contínuo será crucial para garantir que as mulheres não só tenham acesso a estes cargos, mas também sejam capacitadas para liderar de forma eficaz, contribuindo assim para resultados a longo prazo em termos de igualdade de género.

Cross-section of WESOC (COSEF) members during the 2020 election in Côte d'Ivoire

Guiné-Bissau: 23 de novembro de 2025 marca a data oficial das próximas eleições presidenciais e legislativas na Guiné-Bissau. Esta eleição representa uma oportunidade para inverter o declínio da participação política das mulheres. Apesar da adoção da lei de quotas de 2018, que exige uma representação feminina de 36% em cargos de decisão, a participação feminina no parlamento diminuiu de 13,7%[19] em 2019 para 9,8% em 2023.[20] O desafio imediato reside não só na preservação dos ganhos existentes, mas também na implementação de estratégias eficazes para inverter esta tendência descendente e avançar para a quota legal de 36%. Tal exige uma avaliação crítica dos obstáculos estruturais e políticos que prejudicaram os esforços anteriores, a fim de ponderar ações concretas para melhorar os resultados nas próximas eleições. Além disso, o facto de os partidos políticos ainda não terem apresentado as suas listas de candidatos constitui uma oportunidade para defender e exercer pressão no sentido da aplicação efetiva da lei das quotas, inspirando-se em países como o Senegal e a Costa do Marfim, que implementaram estratégias concretas para garantir o seu cumprimento.

---

[19] *IPU Parline (2019). Dados globais sobre os parlamentos nacionais, Guiné-Bissau. https://data.ipu.org/parliament/GW/GW-LC01/election/GW-LC01-E20190310/*
[20] *IPU Parline (2023). Dados globais sobre os parlamentos nacionais, Guiné-Bissau. https://data.ipu.org/fr/parliament/GW/GW-LC01/election/GW-LC01-E20230604/*

Guiné: O país encontra-se num ponto de viragem crucial na sua transição política, com um referendo constitucional agendado para setembro de 2025. Este momento oferece uma oportunidade estratégica para incorporar a inclusão de género nas reformas democráticas do país e garantir que as vozes das mulheres não são marginalizadas nos debates nacionais. A educação cívica e a sensibilização, especialmente a nível local, são essenciais para incentivar uma participação informada e promover o empenhamento democrático entre as mulheres. Deve ser prestada especial atenção ao reforço das capacidades das mulheres para contribuírem significativamente para a transição em curso e defenderem reformas que reflitam as suas prioridades e direitos.

Uma característica importante da proposta de revisão constitucional é a introdução de candidaturas independentes, um potencial divisor de águas num sistema político historicamente dominado pelas estruturas partidárias. Isso poderia ser justificado pelo fato de que a candidatura independente poderia servir como um caminho alternativo para as mulheres, oferecendo-lhes uma chance de contornar os mecanismos de gatekeeping dos partidos políticos, que muitas vezes limitam seu surgimento e avanço na política. Esta disposição, para além da lei da paridade de género, poderia abrir um novo espaço político para as mulheres e fomentar a sua participação política.

Conclusão

A liderança e a participação política das mulheres são essenciais para consolidar a democracia, promover a construção da paz e alcançar o desenvolvimento sustentável na África Ocidental. Embora os sistemas de quotas e paridade se tenham revelado eficazes no aumento da representação política das mulheres, a sua aplicação consistente é crucial para traduzir os compromissos dos Estados em ações concretas que conduzam a um progresso duradouro no sentido da igualdade de género. Isto é evidente em países como a Costa do Marfim, a Guiné e a Guiné-Bissau. No entanto, estes mecanismos, por si só, não são suficientes. Os esforços devem ser complementados pela eliminação das barreiras socioculturais, institucionais e económicas profundamente enraizadas que continuam a impedir a liderança e a plena participação das mulheres na esfera política em toda a região. O papel da sociedade civil neste contexto torna-se fundamental na promoção de um ambiente em que as mulheres não só estejam representadas nos espaços políticos, mas estejam plenamente capacitadas para liderar, influenciar políticas e impulsionar uma governação transformadora em toda a região.

Gender Connect 10

A Eficácia das Leis de Quotas e Paridade no Avanço da Participação Política das Mulheres: Casos da Costa do Marfim, Guiné e Guiné-Bissau

Autores

Denise Cabral dos Santos Indeque
Coordenadora, Rede Nacional
WANEP Guiné-Bissau

Jean Marc Hovi
Coordenador, Rede Nacional
WANEP Costa do Marfim

Lucie Koly Hebelamou
Coordenadora, Rede Nacional
WANEP Guiné

Josiane Sombo
Coordenadora Regional, Mulheres,
Paz e Segurança, WANEP Regional

Gender CONNECT

Isenção de Responsabilidade

As opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não necessariamente as da WANEP. Embora todas as tentativas tenham sido feitas para garantir que as informações publicadas sejam precisas, nenhuma responsabilidade é aceita por quaisquer perdas, danos ou interrupções causadas por erros ou omissões, quer tais erros ou omissões resultem de negligência ou qualquer outra causa.

West Africa Network for Peacebuilding (WANEP)
Trinity Avenue, Off Mile 7 Road, Achimota, Accra
P. O. Box CT4434, Cantonments, Accra-Ghana
Tel: +233 302 411638 | 302 406340 | 302 426004 | 302 408224
Email: wanep@wanep.org | Website: www.wanep.org